

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Destaques	2
Título: MPF pede R\$ 20,5 bi à Braskem por danos em Alagoas.....	2
Título: Inquérito da CVM investigará administradores da Vale	4
Título: Curtas	5
Título: Falta de licenças atrasa projetos em MG.....	6
Título: Guerra comercial afeta o cobre e deve fazer o Chile crescer menos	8
Título: Mineração em terra indígena, tesouro ou maldição?	10
Título: Dilema fiscal e alternativas	13
Título: Vale a pena a ambição de crescer sem emissões líquidas de CO ₂	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Petrobrás tem três ofertas pela Liquigás	19
Título: Empresário interessado em Itaipu foi condenado em ação de R\$ 713 milhões	20
Título: Telefonemas comprometem vice paraguaio	22
Título: China para de comprar petróleo da Venezuela	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: CVM investiga executivos da Vale por Brumadinho	23
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: Privatização da Eletrobras terá novo projeto de lei.....	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Combustíveis: tributos em debate.....	26
Título: Presidente do Instituto Aço Brasil	28

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Lucro da BHP

A mineradora anglo-australiana BHP obteve no acumulado do ano fiscal de 2019 (encerrado em junho) lucro líquido atribuível aos seus acionistas de US\$ 8,3 bilhões, 2,2 vezes acima dos US\$ 3,7 bilhões registrados no mesmo período do ano fiscal de 2018. O resultado, segundo a companhia, foi beneficiado pela valorização do minério de ferro no período, além de itens não recorrentes da ordem de US\$ 5,2 bilhões que afetaram a base de comparação. O ano fiscal de 2018 foi afetado pela baixa contábil realizada em ativos de xisto nos Estados Unidos, que foram vendidos, pela reforma tributária nos Estados Unidos e por custos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em 2015, joint venture que pertence a ela e à Vale. No ano fiscal encerrado em 30 de junho, a companhia registrou perda excepcional de US\$ 818 milhões relacionada ao episódio da barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG).

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Stella Fontes De São Paulo
Título:	MPF pede R\$ 20,5 bi à Braskem por danos em Alagoas

Em mais um capítulo do imbróglio judicial que envolve a mineração de sal-gema da Braskem em Alagoas, o Ministério Público Federal (MPF) está movendo uma nova ação civil pública contra a petroquímica, com pedido de reparação por danos socioambientais de pelo menos R\$ 20,5 bilhões.

Desta vez, porém, a ação também foi proposta contra a Odebrecht e a Petrobras, principais acionistas da companhia, a União Federal, a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Estado de Alagoas, o Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Alagoas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES), considerados responsáveis indiretos pelos estragos em imóveis e vias nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió.

O órgão pede, em caráter liminar, que a Braskem seja condenada a depositar R\$ 3,075 bilhões, ou 15% do valor de reparação inicial pretendido, em um fundo privado próprio em até 30 dias. No mesmo prazo, a petroquímica deve apresentar garantias para os R\$ 20,5 bilhões da indenização mínima pleiteada.

Os dois pedidos são estendidos à Odebrecht e à Petrobras, que detêm 50,1% e 47%, respectivamente, das ações ON da companhia. "Caberá, ainda, às empresas manter capital de giro no fundo nunca inferior a R\$ 2 bilhões ou, após definido o cronograma físico e financeiro da reparação, a 100% dos gastos previstos para os 12 meses subsequentes", informou o MPF em comunicado.

Além disso, o órgão federal pede na ação que a petroquímica contrate uma das quatro grandes firmas de auditoria independente - Deloitte, Ernst & Young (EY), KPMG ou PwC - para acompanhar o planejamento, gestão e execução dos trabalhos de reparação. Na documento de 307 páginas, o órgão apresenta mais de 80 pedidos à Justiça Federal em Alagoas, com responsabilização direta da Braskem pelos danos.

O novo processo pesou sobre as ações da petroquímica, em um dia negativo para o mercado acionário local. Os papéis PNA caíram 1,99%, para R\$ 29,01, a pior cotação da Braskem na bolsa paulista em 2019 - e bem distante da máxima de R\$ 56,03 no ano, alcançada em 26 de fevereiro, quando ainda havia expectativa de venda da companhia para a LyondellBasell. A holandesa acabou desistindo de levar adiante a transação e as incertezas relacionadas à operação em Maceió contribuíram para essa decisão.

O pedido de liminar foi apresentado na sexta-feira, por meio do grupo de trabalho que acompanha o caso Pinheiro em Alagoas e toma como base as conclusões do relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que associaram a extração de sal-gema da Braskem ao afundamento do solo nos três bairros da capital alagoana. A petroquímica está contestando judicialmente e espera, até o fim do ano, concluir os trabalhos de inspeção com sonares em mais de 30 poços de sal-gema em Maceió, para identificar se há de fato relação da exploração da matéria-prima usada na fabricação de cloro-soda e PVC com os eventos geológicos na região. A partir dos resultados, diz a companhia, será possível apresentar soluções efetivas para a área atingida e moradores.

As procuradoras da República que compõem o grupo de trabalho, Cinara Bueno Santos Prikladnitsky, Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary, Raquel Teixeira Maciel Rodrigues e Roberta Lima Barbosa Bomfim, também pediram a aplicação da legislação ambiental contra a Braskem, "de modo que o BNDES suspenda os financiamentos e incentivos governamentais concedidos, decretando-se, imediatamente, o vencimento antecipado de todas as operações de crédito que contemplem tais benefícios".

"Os transtornos e problemas causados em razão das condutas das demandadas à população dos bairros atingidos pelos fenômenos, (...) causaram danos que transcenderam os valores ambientais passíveis de serem restaurados, mitigados ou compensados materialmente", dizem as procuradoras na ação.

Os problemas da Braskem na Justiça relativos à mineração de sal-gema tiveram início em abril, quando o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública de Alagoas pediram o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da companhia, para garantir indenizações. Nesse processo, a companhia teve R\$ 100 milhões bloqueados. Depois, MPE e Defensoria conseguiram bloquear outros R\$ 3,7 bilhões, mas há duas semanas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberou esses valores, sob a condição de apresentação de seguro-garantia pela Braskem.

Em outra ação civil pública, iniciada há menos de um mês, o Ministério Público do Trabalho (MPT-AL) de Alagoas pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões das contas da companhia, com vistas a garantir eventuais indenizações por danos materiais aos trabalhadores atingidos pelos problemas em Maceió. À época, a Moody's disse que a ação elevava o risco de liquidez e era negativa para a nota de crédito da Braskem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Inquérito da CVM investigará administradores da Vale

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu inquérito para apurar eventuais irregularidades relativas à possível não observância de deveres fiduciários de administradores da Vale pelos fatos relacionados ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), informou o regulador. A atuação da CVM não inclui questões relativas à legislação ambiental.

O inquérito será conduzido pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS). O processo teve início em 28 de janeiro, e as investigações iniciais foram realizadas pela Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 (GEA-4), da Superintendência de Relações com Empresas (SEP). Por entender que há necessidade de aprofundamento do caso, o assunto foi encaminhado para a SPS.

Ainda não há mais detalhes imediatamente disponíveis sobre o assunto, como o nome dos investigados. Em fevereiro, o **Valor** noticiou que o regulador investigava a conduta individual do ex-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, da diretoria estatutária e dos 12 conselheiros da empresa na época do acidente.

A autarquia vai avaliar se os executivos e conselheiros foram diligentes com a questão da barragem antes da catástrofe. É a primeira vez que um possível crime ambiental, ainda em investigação pelo Ministério Público, dará origem também a um processo na autarquia sobre os administradores como pessoas físicas. Procurada, a Vale informou que tomou conhecimento sobre a abertura do inquérito. "Permanecemos à disposição e manteremos a postura transparente e colaborativa", disse em nota.

Em paralelo, a autarquia abriu dois processos sancionadores - com acusação já formulada - contra o diretor de relações com investidores da Vale, Luciano Siani. Os casos referem-se à divulgação de informações ao mercado. A área técnica entende que nos dois casos as informações não foram divulgadas "de forma ampla e imediata".

Um dos processos é referente à entrevista da Vale concedida a jornalistas em fevereiro, com o pregão aberto. A acusação entendeu que foram divulgadas informações relevantes e que caberia divulgação de fato relevante. No outro caso, a CVM analisa a publicação de notícias sobre um comunicado interno da mineradora que informava a interrupção de parte das atividades na mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sem força

Os preços do minério de ferro voltaram a cair ontem, movimento que vai marcando agosto. No mês, a baixa acumulada se aproxima de 25%. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", o minério com teor de 62%

negociado no porto chinês de Qingdao recuou US\$ 1,17, ou 1,3%, para US\$ 88,40 a tonelada. Com esse desempenho, no ano, o ganho acumulado da commodity, que chegou a superar 60%, foi reduzido a 21,6%. Conforme a Fastmarkets, o movimento no mercado à vista foi influenciado pelas perdas dos contratos futuros. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em janeiro caíram 9,0 yuans, para 617 yuans por tonelada. O banco de investimento australiano Macquarie aposta que o recuo dos estoques de aço na China e dos inventários da matéria-prima nos portos chineses pode limitar a correção, de acordo com a agência "Dow Jones Newswires".

Tüv Süd muda atuação

A certificadora alemã Tüv Süd decidiu parar de emitir certificação sobre a segurança de barragens após o rompimento da barragem em Brumadinho, da mineradora Vale, em 25 de janeiro, que matou mais de 240 pessoas. A informação foi dada pelo presidente-executivo da empresa, Axel Stepken, à agência "Reuters". O colapso da barragem da Vale aconteceu apenas quatro meses depois da Tüv Süd ter garantido a segurança da estrutura. "Até agora ninguém sabe a causa do acidente. E não sabemos em particular o que aconteceu entre setembro de 2018 e janeiro de 2019 - se, por exemplo, equipamentos pesados estavam sendo operados nas proximidades ou se houve detonações", disse Axel Stepken, em entrevista. O executivo afirmou também que "a operadora é responsável pela segurança, e essa é a Vale". Segundo ele, a Vale não buscou indenização da Tüv Süd.

Renova e AES Tietê

A diretoria da Aneel deve discutir o processo sobre a transferência do complexo eólico Alto Sertão III da Renova para a AES Tietê até o fim deste mês. A previsão é de Alessandri Figueiredo Dala Martha, gerente de relações com investidores da Renova, em teleconferência sobre os resultados da companhia no segundo trimestre do ano. Depois que a Aneel deliberar, a expectativa da Renova é concluir a transação em dois meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Falta de licenças atrasa projetos em MG

Após o desastre de Brumadinho (MG) com o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, as autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais estão mais cautelosas em conceder licenças para o setor. A Usiminas, por

exemplo, anunciou no mês passado que postergou investimentos no projeto de empilhamento a seco na Mina Leste, dentro do complexo Serro Azul, em Minas Gerais, por não ter conseguido a licença ambiental para o início das obras.

"Tínhamos a expectativa grande de que os investimentos seriam feitos a maior parte neste ano, mas com a tragédia de Brumadinho o licenciamento ficou mais lento e todos os processos estão atrasados, inclusive este", disse o presidente da Usiminas, Sérgio Leite, em entrevista recente ao **Valor**.

A siderúrgica vai investir R\$ 140 milhões no projeto e a expectativa é que as licenças sejam concedidas até o fim do ano para que as obras sejam iniciadas em 2020. A Usiminas tem em Minas Gerais três barragens, sendo duas a montante, que estão desativadas, e uma a jusante, que tem projeto para o seu descomissionamento.

Outra empresa que aguarda a licença ambiental para o início das obras de alteamento de sua barragem a jusante em Conceição do Mato Dentro (MG) é a AngloAmerican. O projeto é para altear a barragem em 20 metros, passando de 40 metros de altura para 60 metros de altura. Hoje ela possui uma capacidade de 55 milhões de metros cúbicos de rejeito, que passará para cerca de 167 milhões de m³ quando for alteada, em 2021. A expectativa é que a companhia obtenha a licença no fim deste ano.

A Gerdau Açominas também está com projeto parado. A empresa aguarda aprovação para o início das obras de nova lavra localizada na Serra das Serrinhas, em Itabirito (MG), distante cerca de 50 quilômetros da usina de Ouro Branco. A expectativa da companhia é que a licença para a nova mina seja concedida no fim deste ano. A ampliação contará com processamento a seco, sem uso de barragens.

Segundo o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, os órgãos ambientais estão mais criteriosos na avaliação dos projetos minerários, principalmente em Minas Gerais. "Há um temor no mercado em conceder licenças. Mas, o problema de concessão de licenças ambientais não é sentido somente pelas empresas de mineração, é em todos os setores da economia", disse Brumer, ao **Valor**.

Thiago Rodrigues Maia, sócio do Demarest Advogados, disse que após os acidentes com as barragens em Mariana (MG) e Brumadinho é natural que os órgãos ambientais e de regulação sejam mais rigorosos na concessão de licenças para qualquer empreendimento. Dependendo do Estado, uma licença de operação demora em média seis anos para sair, segundo análise do escritório. Foi isso o que aconteceu com a ArcelorMittal quando entrou, em 2012, com pedido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente para o descomissionamento e início

do projeto de processamento a seco de sua mina de Serro Azul. A resposta saiu em outubro de 2018. O projeto teria início em fevereiro de 2019.

"Com Brumadinho, a licença foi suspensa e agora estamos em processo de desenvolvimento de novo projeto para o descomissionamento. O risco econômico faz parte do negócio, mas o que o setor precisa é de mais previsibilidade", disse Sebastião Costa Filho, presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil. A mina de Serro Azul fica em Itatiaiuçu e a barragem, a montante, está desativada desde 2012, quando a companhia entrou com o pedido de licenciamento.

Procurada, a Secretaria do Meio Ambiente informou que, no caso da Usiminas, a empresa "apresentou estudos de fauna incompletos" e foram solicitadas mais informações. Em relação à demora na análise dos processos de forma geral, ela informou que "cumpridas todas as obrigações técnicas e normativas, o andamento de licenças para empreendimentos minerários encontra-se em fluxo natural de análise pelo órgão ambiental".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Guerra comercial afeta o cobre e deve fazer o Chile crescer menos

A guerra comercial entre a China e os Estados Unidos está afetando o crescimento da economia chilena. Com a desaceleração da China, as exportações de cobre - principal produto de exportação do Chile - têm diminuído, assim como o preço da commodity no mercado internacional.

No segundo trimestre, o PIB do Chile cresceu 0,8% em relação ao primeiro trimestre do ano. Na comparação anual, o crescimento de abril a junho foi de 1,9%, segundo relatório do Banco Central do Chile, divulgado ontem.

Os números são menores do que o esperado há apenas alguns meses e estão levando economistas a rebaixar a projeção de crescimento do Chile para este ano.

A consultoria Capital Economics, que previa crescimento anual de 2,2% no segundo trimestre, espera agora que o Chile cresça não mais que 2% neste ano - abaixo dos 3,2% que prevê o governo.

A consultoria Oxford Economics rebaixou ontem a sua projeção de crescimento para este ano de 2,6% para 2,3%. O Bank of America revisou para baixo a sua previsão de expansão do PIB do Chile neste ano de 3,1% para 2,5%. Em 2018, o Chile cresceu 4%.

A principal razão por trás do crescimento menor do que o previsto no segundo trimestre é a queda da atividade do setor de mineração. A produção mineral cresceu 0,2% no segundo trimestre, enquanto o PIB não minerador se manteve estável em relação ao trimestre anterior e cresceu 2,1%.

"Esse cenário é resultado de uma menor demanda por parte da China, que vem desacelerando com a guerra comercial", afirma Felipe Camargo, da Oxford Economics. Ele lembra que no segundo trimestre as exportações chilenas para a China caíram 19%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Segundo Camargo, greves em minas importantes, como a de Chuquibambilla, em junho, pesaram menos do que a menor demanda chinesa para a produção mineral. "Como a demanda por parte da China diminuiu, a resposta da produção chilena também foi menor dada à expectativa mais baixa", diz, ao afirmar que o setor de mineração deve crescer 1% neste ano, em comparação com os 5% do ano passado."

No segundo trimestre as exportações do Chile caíram 4,4% em volume, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. As exportações de cobre diminuíram 3,1% no período.

O preço do cobre no mercado internacional também vem caindo com a escalada entre as duas maiores economias do mundo. Em 31 de julho, um dia antes de o presidente americano, Donald Trump, anunciar a última rodada de tarifas contra a China, a tonelada da commodity era cotada a US\$ 5.925 na Bolsa de Metais de Londres. Ontem, encerrou em US\$ 5.708.

"O principal catalisador para a queda dos preços do cobre é a recente escalada na guerra comercial EUA-China, que alimentou temores de que o crescimento global possa enfraquecer de forma significativa nos próximos trimestres", afirma Kieran Clancy, da Capital Economics.

Clancy argumenta que o cobre é visto como um barômetro para a saúde econômica global devido às suas inúmeras aplicações na indústria. "Assim, os temores mais amplos de um crescimento global mais fraco estão afetando as perspectivas de curto prazo para os preços do cobre", diz, ao acrescentar que a

consultoria revisou o preço do cobre para o fim de 2019 para US\$ 5.800 por tonelada, de US\$ 6.000 anteriormente.

O relatório do banco central chileno divulgado ontem mostra também que o consumo das famílias desacelerou no segundo trimestre de 3,2% para 2,3%.

O investimento, por sua vez, cresceu 4,8%, acima dos 3,6% registrados no trimestre anterior.

"O consumo decepcionou, mas o dado de investimento veio melhor do que o esperado. Isso está em linha com o objetivo do governo, de estimular o investimento diante de menor dinamismo das exportações", diz Cecília Cifuentes, da Universidade Católica do Chile.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Mercedes Bustamante e Manuela Carneiro da Cunha

Título: Mineração em terra indígena, tesouro ou maldição?

A exploração de recursos minerais marca a história da América Latina - do México à Patagônia - e é responsável, até hoje, por graves conflitos sociais, com consequências geralmente desfavoráveis para povos indígenas e populações tradicionais.

As fronteiras da mineração são as áreas onde hoje estão localizadas as expectativas de reservas minerais e de atividades de exploração. O mapeamento dos conflitos no Brasil indica que essa fronteira se sobrepõe amplamente a áreas de grande relevância ambiental, como ecossistemas com alta biodiversidade, florestas conservadas, fontes de recursos hídricos, mas também a áreas socialmente sensíveis, como os territórios indígenas e de populações tradicionais. Estudos recentes demonstraram uma sobreposição de pedidos de exploração mineral em pelo menos 1/5 de todas as unidades de conservação e terras indígenas no Brasil.

Essa situação não se dá por acaso. Expectativas minerárias suscitadas a partir da década de 1970 na Amazônia geraram uma corrida por pedidos de autorização de pesquisa e lavra em áreas que não tinham sido exploradas por frentes pastoris ou agrícolas e portanto ainda cobertas por vegetação nativa. Hoje, estamos assistindo a um novo ciclo dessa corrida no país. As áreas cobiçadas pela mineração são também aquelas que permitiram a sobrevivência de povos indígenas, assim como das florestas e rios por eles conservados.

Durante a elaboração da Constituição de 1988, houve um grande embate entre geólogos brasileiros e mineradoras, sobretudo multinacionais, que pleiteavam o livre acesso a terras indígenas. Os geólogos defenderam que as terras indígenas deveriam se constituir também em reservas minerais, lembrando que, em mineração, não existe "segunda safra", sendo imperativo manter reservas intocadas.

As atividades de mineração têm alto impacto e, ao contrário do que tem sido propagado, os danos sociais e ambientais da mineração não se restringem ao local da mina. Erosão e assoreamento de cursos de água, contaminação do solo por metais tóxicos e outros compostos perigosos, poluição de águas superficiais e subterrâneas e poluição do ar, além do aumento de transmissão de doenças, como a malária, estão ligados à mineração e atingem extensas áreas.

A mitigação dos danos ambientais é custosa e complexa, e a recuperação plena de áreas degradadas pela mineração e de seus serviços ambientais, dificilmente é atingida. No entanto, a regulação da mineração no Brasil, historicamente, é leniente com as empresas quanto às exigências que poderiam prevenir ou reduzir os impactos negativos dessa atividade. Nem mesmo depois das tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, onde o rompimento de barragens de rejeitos minerais matou 289 pessoas, houve alterações significativas na legislação de segurança para o setor. Esses dois episódios ilustram os riscos e a lenta implementação de ações concretas de reparação de danos sociais e ambientais.

Estudos mostram sobreposição de pedidos de exploração mineral em 20% das UCs e terras indígenas

Globalmente, enquanto os direitos das populações indígenas e de comunidades tradicionais têm sido mais reconhecidos, a extração de recursos, com violação dos direitos indígenas, continua a ocorrer em ritmo cada vez maior. Ao mesmo tempo, comunidades indígenas resistem ao garimpo e à mineração. A violência, com o uso da força e a violação dos direitos humanos têm sido também uma marca histórica desses conflitos.

A recente invasão de garimpeiros à área Yanomami, em Roraima, repete os piores momentos da década de 1980. A denúncia dos Wajãpi, em julho de 2019, da invasão de uma aldeia por homens armados, reacende o terror que incursões de garimpeiros provocaram dos anos 1970 até 1992. É difícil não associar esse recrudescimento da violência dos sinais encorajadores emitidos pelo atual presidente do Brasil. Há atualmente garimpos ilegais em dezoito terras indígenas, com os maiores e mais notórios garimpos de ouro em terras Kayapó, Mundurucu e Yanomami, resultando em grande cortejo de poluição dos rios, de mortes e de destruição.

Mesmo com os desastres do passado e do presente, o presidente Jair Bolsonaro avança em sua intenção de abrir as terras indígenas - e, possivelmente, também as Unidades de Conservação - à mineração. Em outros governos, já se usou retoricamente a degradação e violência associadas ao garimpo para recomendar a mineração industrial, que seria supostamente menos violenta e devastadora. No entanto, a violência e a devastação persistem em ambos os cenários.

A visão claramente expressa pelo presidente Jair Bolsonaro e parte de seu governo é de que os povos indígenas são apenas minorias que não merecem condição especial nas estruturas de governança atuais. Estudos mostram que há uma conexão histórica entre as políticas extrativistas e a exploração ou desapropriação de povos indígenas. "Desapropriação" não se refere unicamente à terra; engloba, antes, a desapropriação da saúde, do habitat, da cultura, dos modos e projetos de vida e de uso dos recursos das comunidades indígenas. Há, portanto, uma desapropriação de identidades, que é um dos mais profundos e sutis tipos de desapropriação.

Neste momento em que o país e a comunidade internacional são informados do aumento do desmatamento na Amazônia, é importante recordar a contribuição de terras indígenas na contenção desse processo. As terras indígenas representam apenas 3% do total do desmatamento na Amazônia, apesar de ocuparem 23% de sua área. Portanto, a preservação desses territórios é essencial para proteger seus amplos benefícios à sociedade, incluindo seu papel na regulação climática e seus significativos estoques de carbono.

Devemos tentar ser os pais de nosso futuro e não os descendentes de nosso passado, escreveu o filósofo Miguel de Unamuno. Já é hora de o Brasil considerar os duros erros do passado e suas consequências, que persistem no presente. Responsabilidade social e ambiental é preservar condições saudáveis para as gerações futuras. Sem dúvida, é preciso aperfeiçoar a regulamentação atual para o garimpo e a mineração, mas com a incorporação das melhores técnicas e ciência disponíveis para exploração e monitoramento, respeito aos procedimentos de licenciamento ambiental, e garantias de ampla consulta às populações potencialmente afetadas pela mineração e garimpo no país.

No entanto, nada disso transparece nas propostas do atual governo. Ao contrário, tudo aponta para um afrouxamento do licenciamento ambiental e acirramento de conflitos em várias frentes, sem um mínimo de transparência, diálogo e respeito à Constituição. Tais propostas servirão a poucos, mas custarão a saúde, o bem-estar e o patrimônio público natural do povo brasileiro.

** Este artigo é subscrito também pela Coalizão Ciência e Sociedade, que reúne 69 cientistas de instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras.*

Mercedes Bustamante é ecóloga, professora titular da Universidade de Brasília (UnB), membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Academia Mundial de Ciências (TWAS).

Manuela Carneiro da Cunha antropóloga, professora titular da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Chicago, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Academia Mundial de Ciências (TWAS)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Gilberto Borça Jr.

Título: Dilema fiscal e alternativas

No final de julho, o governo federal publicou o relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao terceiro bimestre de 2019.

Essa publicação é realizada em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina que se façam avaliações sobre a evolução das receitas e despesas orçamentárias a cada 60 dias, de modo a controlar a obtenção da meta de resultado primário estabelecida. Em outras palavras, o relatório se destina a dar publicidade ao andamento e as necessidades de ajuste no orçamento do governo federal.

Publica-se, inicialmente, sua grade de parâmetros macroeconômicos - PIB, inflação, câmbio, juros etc - que são os balizadores das variáveis de arrecadação e despesas, denotando a necessidade (ou não) de um eventual contingenciamento de recursos pelos poderes da União, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Desde 2016, com a introdução do novo regime fiscal, há também o monitoramento periódico da margem fiscal relativa ao teto de gastos.

A mudança mais significativa nas projeções macroeconômicas da última publicação foi a redução da taxa de crescimento para 2019, que saiu de 1,6% para 0,8%, em linha com a mediana das projeções de mercado. O menor ritmo de crescimento, sem a devida compensação por outras fontes de arrecadação, leva a uma queda da projeção das receitas tributárias administradas pela Receita, as quais possuem relação direta com o desempenho da economia.

De fato, no detalhamento das receitas primárias, as maiores revisões baixistas se concentraram em Cofins/PIS-Pasep e Imposto de Renda (IR), que estão ligados à atividade econômica. A redução estimada para a arrecadação foi da ordem de R\$ 5,3 bilhões. No lado das despesas, os destaques foram as revisões nas rubricas de Créditos Extraordinários - ajuste no valor de restos a pagar

devido às menores despesas com o subsídio do diesel -, e Sentenças Judiciais e Precatórios. A redução total dos dispêndios foi de R\$ 3,5 bilhões.

Considerando mais alguns ajustes (transferências para Estados e municípios e os resultados das estatais e dos subnacionais) e descontando as reservas de contingência, que são recursos à disposição do governo ainda sem alocação nos ministérios, o esforço adicional de recursos atingiu R\$ 1,4 bilhão. Esse montante se soma às necessidades de contingenciamento das reprogramações orçamentárias do 1º e do 2º bimestres do ano, que foram, respectivamente, de R\$ 29,8 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, totalizando até agora um contingenciamento de R\$ 33,4 bilhões.

A linha de argumentação do governo é de que tal montante não se constitui em corte de recursos orçamentários, mas sim em contingenciamento, o qual pode ser revertido com a recuperação da receita. Curiosamente, nos três relatórios bimestrais de reprogramação orçamentária de 2019, a folga do teto de gastos foi tornando-se mais elevada. Isso significa que, para 2019, a restrição fiscal é a meta de resultado primário, e não o teto de gastos.

Sem recursos advindos da cessão onerosa, alcançar a meta de déficit primário será praticamente impossível

E quais as implicações desse ponto? É pouco provável que a recuperação da receita aconteça por uma retomada da economia. A esperança do governo parece residir no leilão de recursos provenientes da cessão onerosa de barris de petróleo, que podem entrar nos cofres da União no último trimestre do ano, com grande potencial de arrecadação. Se essa receita se confirmar, mesmo sendo objeto de grande incerteza, o descontingenciamento dos recursos até poderia ser realizado. Caso essa receita não se confirme, alcançar a meta de primário nesse ano seria praticamente impossível.

Nesse interregno uma discussão relevante é o limite de compressão da despesa discricionária, que foi, até aqui, a rubrica mais afetada pelos recursos contingenciados. Há algumas estimativas acerca dos valores mínimos para o gasto discricionário, que poderia colocar em dificuldade a prestação de serviços públicos básicos. A Instituição Fiscal Independente (IFI), em relatório de agosto de 2018, estimou que o piso de valor dessa rubrica fosse da ordem de R\$ 75-80 bilhões. Por outro lado, pesquisadores do Ibre/FGV, chegaram a um valor mais elevado, em torno de R\$ 120 bilhões.

O gráfico mostra a trajetória das despesas discricionárias, a preços constantes, desde 2011, com os valores projetados para 2019 contidos na LOA e na mais recente reprogramação orçamentária. Se o valor de R\$ 96 bilhões for confirmado (o qual inclui aportes de capital nas estatais), pela primeira vez o

gasto discricionário cairá abaixo do teto de intervalo das estimativas. Isso tem algumas consequências importantes, como, por exemplo, a manutenção em níveis baixíssimos dos investimentos públicos.

A redução das despesas discricionárias se manifesta de várias formas no funcionamento dos serviços públicos, como, por exemplo: 1- restrição de recursos para Polícia Federal realizar a emissão de passaportes; 2- cortes de verbas no Censo 2020 do IBGE; 3- a possibilidade de suspensão dos financiamentos de pesquisadores com bolsas do CNPq, dentre outros.

O grande dilema, nesse sentido, parece ser o caráter pró-cíclico da meta de resultado primário. Em teoria o governo tem o controle sobre seus dispêndios, mas não possui ingerência direta sobre a arrecadação tributária, que depende do estado geral da economia. Em momentos de baixa do ciclo econômico, cria-se uma dinâmica perversa, em que a desaceleração da atividade reduz a receita tributária e leva a necessidade de contingenciamento de recursos, acentuando mais a baixa do ciclo, mesmo com aumento da folga no teto de gastos.

No entanto, há alternativas possíveis para a política fiscal, como, por exemplo: 1- a adoção de metas de resultado primário estrutural (que leva em conta a posição cíclica da economia); ou 2- de metas de primário mensuradas para além do ano-calendário; ou 3- bandas para o resultado primário. Todas essas medidas poderiam ser combinadas a um teto de gastos mais flexível, que exclua alguns investimentos públicos. Outra opção também factível e que parece mais pragmática, é simplesmente abandonar as metas de resultado primário e adotar apenas limite para as despesas, preservando e tirando da conta os investimentos públicos, que possuem maiores efeitos multiplicadores e atuam no sentido de estabilizar o ciclo econômico.

Gilberto Borça Jr. é mestre em Economia pela IE-UFRJ

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Joaquim Levy | Para o 'Valor'

Título: Vale a pena a ambição de crescer sem emissões líquidas de CO₂

Todos queremos ver a retomada do investimento no Brasil. A queda do investimento tem sido o principal fator para a fraqueza do nosso Produto Interno Bruto (PIB), e sua retomada é o caminho para termos mais empregos e tranquilidade social. Apesar das nuvens no comércio internacional, vários elementos para que essa retomada ocorra estão se materializando, já que o

Congresso está votando parte importante de uma agenda que se tornou praticamente consensual nos últimos anos e que visa melhorar as condições fiscais e o funcionamento dos mercados no país. Talvez seja hora, portanto, de se começar a pensar em que país se deseja para daqui dez ou 20 anos, e que investimentos podem nos fazer chegar lá.

Vale a pena ser ambicioso, porque o Brasil de hoje é bem diferente daquele de 30 anos atrás, com uma população mais educada e com menos miséria, apesar de todas as deficiências que conhecemos bem. Também vale a pena considerar fatores-chave em qualquer cenário futuro. Além da crescente influência da inteligência artificial e de outros aspectos da tecnologia da informação, um fator crucial será a evolução do aquecimento global decorrente da emissão de gás carbônico (CO₂) e análogos pelas atividades humanas. Indícios dos seus efeitos têm sido mais visíveis nos anos recentes e, se essas emissões não caírem drasticamente nos próximos dez a 15 anos, a produtividade das economias, as correntes de comércio e o retorno dos investimentos serão cada vez mais afetados. A boa notícia é que, com o auxílio da tecnologia e do setor privado, o Brasil tem excelentes condições de crescer enquanto vence esses desafios.

O Brasil pode ter um PIB muito maior, ao mesmo tempo em que se torna um líder entre os países que querem alcançar emissões líquidas zero de CO₂ equivalente, como é o caso do Reino Unido. Já mostramos que é possível reduzir muito as emissões de CO₂ sem prejuízo econômico, ao combatermos e diminuirmos o desmatamento da Amazônia. Não há indicações de que esse sucesso tenha baixado a taxa de crescimento da economia. Ao contrário, ele foi contemporâneo a uma grande expansão das nossas exportações agrícolas e à consolidação internacional da nossa pecuária. Mais recentemente, apesar da quase estagnação do PIB, a energia eólica e solar tem crescido e criado emprego e renda nos lugares mais remotos do Brasil.

Uma análise criteriosa das principais fontes de emissões de carbono e as oportunidades de investimentos rentáveis no Brasil mostrará que há muito espaço para continuar a reduzir emissões criando emprego, aumentando o comércio e atraindo capital doméstico e estrangeiro.

Uma estratégia para o Brasil chegar a emissões líquidas de carbono zero começa com o aumento de produtividade na pecuária. O setor já tem reduzido a idade de abate dos bovinos, melhorando sua alimentação e o pasto, e evitado animais cuja criação esteja associada ao desmatamento. Essas são iniciativas essenciais para manter-se em mercados internacionais, baixar os custos de financiamento

e maximizar a lucratividade face à concorrência de alternativas alimentares. Elas também reduzem a emissão de metano, cujo impacto climático é muitas vezes maior do que o do CO₂, e ajudam a capturar carbono, especialmente no solo. Expandi-las criará bons empregos e reduzirá a participação do setor nas emissões de CO₂ equivalente no Brasil, que, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases - SEEG, do Observatório do Clima, chega a 23% do total (pela metodologia GWP - Global Warming Potential).

A emissão de metano também tem feito com que o saneamento responda por 11% das emissões não originadas do desmatamento ou da agropecuária, por conta da decomposição de resíduos sólidos (lixo). Apesar da conhecida complexidade do setor do lixo, vale a pena aproveitar o interesse dos investidores privados no saneamento para desenvolver modelos de negócio integrados ou incluindo a cogeração e outras atividades. Há muito espaço para aumentar a segurança, transparência e rentabilidade do tratamento desses resíduos, criando empregos melhores e transformando as condições de vida nas nossas cidades e suas periferias.

Não escapou ao governo que o aumento de oferta de gás pode ser muito benéfico para a nossa indústria

As energias renováveis, que já correspondem a mais de 40% da nossa matriz energética, são outro vetor-chave para alcançarmos emissões líquidas zero de CO₂. Elas incluem principalmente as fontes hidrelétricas, eólicas e solares, inclusive os biocombustíveis, como o etanol, o bagaço de cana, o biogás e os derivados de sementes de soja e palmeiras. Sem prejuízo do uso do gás natural, especialmente na indústria e possivelmente nos transportes, as energias renováveis devem responder pela maior parte da expansão da demanda de energia nos próximos anos, até pela sua complementaridade. Combinadas, elas podem garantir um suprimento de energia cada vez mais estável ao longo do dia e do ano, criando formas dinâmicas de armazenamento.

A disponibilidade de gás natural deve duplicar nos próximos anos e pode triplicar, dada a enorme quantidade de gás associado à produção de petróleo em muitas áreas do pré-sal e o custo marginal muito baixo de extraí-la. A grande questão é como trazer essa energia para a terra e levá-la para fora. Por isso foi tão oportuno o trabalho de privatização dos gasodutos, iniciado em 2015 e que será concluído com a maior flexibilidade no uso desses ativos, um trabalho ora em curso. Não escapou ao governo que o aumento de oferta de gás pode ser muito benéfico para a nossa indústria, ampliando suas fontes de energia e, para

setores como o químico, de matéria-prima mais barata. O gás natural também pode diminuir as emissões de CO₂, deslocando o óleo pesado e estimulando a cogeração de energia elétrica. O potencial do gás, dos biocombustíveis e da eletricidade deslocarem os derivados de petróleo, que correspondem a um terço das emissões atuais, pode trazer outras economias, ao permitir a expansão da frota de veículos sem maiores investimentos no refino.

No caso cada vez mais estudado de geração elétrica offshore, não só a energia do gás natural pode ser distribuída com mais comodidade, mas sua pegada de carbono pode ser reduzida pela captura no fundo do mar do CO₂ decorrente da sua queima ou mesmo associado à sua extração. As oportunidades de investimento são excitantes, e a arte estará em criar um ambiente em que a transição de fontes de energia não crie subsídios prejudiciais ou perdedores sem alternativas de ajuste.

Esses exemplos demonstram a viabilidade de significativa redução das emissões de CO₂ através de investimentos em tecnologias testadas e lucrativas, assim como em inovações mais ou menos disruptivas. Essa visão é o que tem atraído o interesse de grandes multinacionais de energia, de equipamento de transporte, fundos de investimento etc. No entanto, essas iniciativas sozinhas não serão suficientes para duplicarmos o PIB em 15 ou 20 anos e chegarmos a emissões líquidas zero de CO₂. Para tanto, temos que reflorestar e reduzir ainda mais o desmatamento, cujos benefícios econômicos documentados são muito pequenos, e os custos, cada vez maiores. Esse desequilíbrio é ilustrado pelo abandono de grande quantidade de terras desmatadas na Amazônia após poucos anos como pasto, e pelo risco da nossa valiosíssima agricultura do cerrado vir a sofrer uma crise hídrica pela perturbação do ciclo das chuvas e do transporte de umidade da Amazônia para o centro-sul do continente. Por isso, o risco de desmatamento deve sempre ser considerado junto com o montante de emissões e a sustentabilidade financeira nas decisões de investimento, especialmente em logística e mobilidade em áreas como a Amazônia.

O reflorestamento é a forma mais barata de captura de carbono e há dezenas de milhões de hectares de terras de pouco ou nenhum uso econômico na Amazônia e na região Sudeste. Esse reflorestamento pode ser comercial ou não, e tecnologias como a semeadura direta podem baixar o custo de ajudar a natureza a recuperar a cobertura florestal, criando em muitos casos renda para pequenos produtores rurais e outras formas de retorno privado.

A expansão das florestas plantadas - uma atividade estratégica nos Estados Unidos - é ótima para criar empregos e dar previsibilidade à construção civil, assim como reforçar nossas exportações de celulose e madeiras processadas. Também aí, o interesse de investidores nacionais e estrangeiros é intenso e a concretização de investimentos depende essencialmente de um ambiente institucional favorável aos negócios, que evite a concorrência desleal e dê confiança para uma atividade que depende de tempo para ser rentável.

Agora, é necessário consolidar o excelente conhecimento de inúmeros pesquisadores, consultores e organizações, especialmente brasileiras, para se criar o caminho ("roadmap") para alcançar o crescimento com neutralidade de carbono. As emissões totais de CO₂ do Brasil são pequenas como proporção das emissões globais, e toda biomassa na floresta amazônica corresponde a umas tantas vezes o carbono presente na quantidade de petróleo extraída anualmente para sustentar a economia global. Então, ainda que na CoP-26 vários países devam dar maior ênfase em alcançarem emissões líquidas zero de CO₂, nós caminharmos para esse objetivo não é uma estratégia para agradar nossos parceiros estrangeiros. É uma estratégia de segurança nacional, que cria oportunidades de investimento seguro, dá lastro à liberdade econômica, atende à demanda de um número cada vez maior de consumidores e nos faz mais competitivos e resilientes, mesmo que o mundo vá numa direção indesejável. É um excelente princípio organizador dos nossos investimentos, ajudando a se fazerem escolhas eficientes e evitando elefantes brancos. Com a vantagem de que a queda das taxas de juros no Brasil e no exterior torna esses investimentos cada vez mais atraentes. Portanto, não deve ser preciso uma intervenção pesada do Estado, mas sim seu papel de criar um ambiente de confiança, abertura e clareza para o setor privado.

Joaquim Levy é economista. Foi ministro da Fazenda, diretor do Banco Mundial e presidente do BNDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás tem três ofertas pela Liquigás

A Petrobrás recebeu três ofertas pela Liquigás, unidade de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) da estatal. A petroleira havia definido prazo até sexta-feira para a apresentação das propostas. "Tivemos três ofertas e muito

boas", disse uma fonte com conhecimento do assunto, que falou sob a condição de anonimato.

A expectativa da companhia é fechar a venda da Liquigás – líder no segmento de GLP envasado, com presença nacional – até novembro, acrescentou a fonte, que não abriu o nome dos ofertantes. Uma segunda fonte afirmou que, após negociações, a proposta vencedora será levada ao conselho para a decisão final.

O período de entrega de propostas pela Liquigás havia sido adiado em pouco mais de uma semana após pedidos de potenciais investidores, que queriam mais tempo para realizar as devidas avaliações sobre a unidade. Procurada, a Petrobrás não respondeu a pedido de entrevista. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo Fabio Leite

Título: Empresário interessado em Itaipu foi condenado em ação de R\$ 713 milhões

Conta pendente. Presidente da Léros, empresa acusada por membros de uma CPI paraguaia de buscar vantagens na compra de energia excedente de hidrelétrica, Kleber Ferreira sofreu condenações em primeira e segunda instâncias na Justiça de São Paulo

Presidente da empresa brasileira investigada pelo Congresso do Paraguai por buscar supostas vantagens na compra da energia excedente da hidrelétrica de Itaipu, o empresário Kleber Ferreira já foi condenado em duas instâncias na Justiça de São Paulo por dar um calote no mercado livre de energia no Brasil, em uma ação de cobrança que chega a R\$ 713 milhões. O calote ocorreu em 2008, dois anos antes de Ferreira abrir a Léros Comercializadora de Energia, empresa que é alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Paraguai.

O grupo investiga supostas irregularidades em uma ata bilateral de Itaipu assinada entre o governo brasileiro e o país vizinho. O pacto levou à atual crise política do governo do presidente paraguaio Mario Abdo Benítez. Ferreira, o ex-sócio Francisco de Lavor e sua antiga empresa, a União Comercializadora de Energia Elétrica S/A, foram acusados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade que gerencia o mercado livre de energia no Brasil, de vender e não entregar R\$ 208 milhões em energia. Por causa da venda sem lastro, a CCEE aplicou multas e outras penalidades à empresa, que somam

cerca de R\$ 505 milhões, cobrou a devolução dos valores na Justiça e expulsou a empresa da entidade em 2016.

"Vendeu o que não possuía, levantou o lucro obtido com a venda de energia e, ao invés de depositar na CCEE para que esta Câmara destinasse os valores aos agentes que foram impactados pela inadimplência da União, simplesmente optou por embolsar R\$ 30 milhões", diz a CCEE no processo. Em julho do ano passado, a juíza Mônica Gantus Encinas, da 3.^a Vara Cível de São Paulo, condenou todos os réus a pagar todo o valor devido, mas determinou a realização de uma perícia técnica para auferir a quantia a ser paga. Em março deste ano, magistrados da 36.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça paulista negaram o recurso da União e mantiveram a condenação.

Na semana passada, os condenados apresentaram um último recurso ao Judiciário paulista e devem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em caso de nova derrota. Na época do calote, Ferreira era sócio minoritário e diretor comercial da União, que tinha Francisco de Lavor, seu ex-sogro, como mandatário. "A gestão da empresa é minha. Ele não tem responsabilidade", disse Lavor ao Estado. Ele culpa a Petrobrás pelo fato de não ter honrado os compromissos com os compradores. Disse que a estatal não entregou o gás necessário para o pleno funcionamento das termoeletricas. Elas, por sua vez, não entregaram a energia que ele havia vendido.

Lavor relatou ainda que tem interesse em pagar as dívidas, mas contesta os valores. Segundo Lavor, a multa aplicada na época pela CCEE era mensal e cumulativa e o valor total do rombo é de aproximadamente R\$ 30 milhões, em valores de 2008. "As multas da época eram absurdas, tanto que a regra mudou", disse ele. O Estado apurou que uma proposta de pagamento com desconto foi rejeitada pelos credores em fevereiro deste ano. Procurado, Kleber Ferreira não quis se manifestar.

Ande. A Léros é pivô na crise política que afeta o governo do Paraguai desde que o acordo para redistribuição da energia de Itaipu veio à tona, no fim de julho. A ata havia sido assinada em maio pelos dois países e foi cancelada a pedido do presidente paraguaio após a forte reação contrária ao acordo no país vizinho. Um dos pontos mais questionados do pacto é a exclusão do item 6 da ata final. O dispositivo dava à Administração Nacional de Energia (Ande), estatal paraguaia, o direito de vender ela mesma a energia excedente de Itaipu no mercado brasileiro, sem a necessidade de intermediários como a Léros.

Com a exclusão do item 6, apenas empresas privadas, como a que é presidida por Ferreira, podem comercializar a energia paraguaia no Brasil. Nos dias 9 de abril e 9 de maio o empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), foi de jatinho ao Paraguai acompanhado de Adriano Rosa,

representante da Léros, para tratar sobre o negócio. Em mensagens entregues ao Ministério Público do Paraguai pelo ex-presidente da Ande Pedro Ferreira, o advogado José "Joselo" Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice-presidente Hugo Velázquez, dizia que a Léros representava o "governo brasileiro" e citava a "família presidencial".

A Léros chegou a fazer uma proposta formal para ter o direito de comercializar a energia excedente de Itaipu. Giordano, que também atua na área de energia, desistiu do negócio em junho, por considerar desvantajosas as condições impostas pela Ande. Ambos afirmam que o processo era público e outras empresas interessadas também participaram da reunião. O governo brasileiro nega ter influenciado no negócio. A oposição ao presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, quer o impeachment do mandatário por considerar que o acordo firmado com o Brasil – e depois cancelado – é crime de "traição à pátria"

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/08/2019

Seção: Internacional

Autor: ASSUNÇÃO

Título: Telefonemas comprometem vice paraguaio

Novos registros de telefonemas revelados ontem pelo jornal paraguaio ABC Color apontam que o vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez, falou diretamente com o ex-presidente da estatal responsável por Itaipu, a Administração Nacional de Eletricidade (Ande), Pedro Ferreira, sobre a reunião com a comitiva brasileira para tratar do acordo de venda de energia excedente da usina. Em um telefonema de cinco minutos, no dia 9 de maio, Velázquez telefonou para o número de Ferreira, por volta das 16 horas. Nesse mesmo dia, estava agendada a reunião na sede da Ande em Ciudad del Este.

Com a transferência do encontro do dia 9 para o dia 10, a presença de Velázquez teria ficado comprometida. Horas depois do telefonema, na noite do dia 9, o representante jurídico de Velázquez, José "Joselo" Rodríguez, escreveu a Ferreira "em nome do vice-presidente da República" e confirmou sua presença na reunião da manhã do dia 10.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/08/2019

Seção: Internacional

Autor: LUIZ RAATZ, COM REUTERS e BLOOMBERG CARACAS

Título: China para de comprar petróleo da Venezuela

Principal petrolífera chinesa, a CNPC teme impacto de sanções secundárias anunciadas pelos EUA

A CNPC, a maior empresa petrolífera da China, desistiu neste mês de comprar 5 milhões de barris de petróleo da Venezuela, temendo o impacto de sanções anunciadas há duas semanas pelo presidente americano, Donald Trump. A estatal é a segunda empresa de países aliados do presidente Nicolás Maduro que desiste de fazer negócios com o venezuelano nos últimos dias para evitar represálias do Departamento do Tesouro. A primeira foi o banco turco Ziraat, envolvido na importação de metais preciosos venezuelanos e na intermediação de compra de alimentos produzidos na Turquia para distribuição de cestas básicas no país caribenho.

A decisão representa a perda bruta de US\$ 267 milhões no já combalido fluxo de caixa do regime chavista, que desde o fim do ano passado sofre sanções americanas contra sua principal commodity. No começo do mês, o governo americano congelou bens do Estado venezuelano no exterior e proibiu empresas e Estados de fazerem negócios com o país caribenho sob pena de multas e congelamento de ativos dessas empresas em território americano.

A CNPC é a principal compradora da commodity venezuelana. Em média, os chineses compram 339 mil barris de petróleo por dia. Mas a maior parte dessas compras não reverte dinheiro para o caixa chavista, em consequência de acordos assinados ainda no governo Hugo Chávez (1999-2013), quando Venezuela e China fecharam empréstimos no valor de US\$ 14 bilhões, tendo o petróleo venezuelano como garantia de pagamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/08/2019

Seção: Mercado

Autor: SÃO PAULO | REUTERS A CVM

Título: CVM investiga executivos da Vale por Brumadinho

(Comissão de Valores Mobiliários) informou nesta segunda (19) que abriu inquérito para investigar eventual inobservância de deveres fiduciários de administradores da Vale por fato ligado ao rompimento da barragem de Brumadinho (MG), em janeiro, que deixou mais de 240 mortos.

A autarquia explicou que o inquérito diz respeito aos deveres da companhia em relação aos seus acionistas e investidores, mas não citou os nomes dos executivos que são alvos do inquérito.

"Tal apuração não inclui atuação sobre questões relativas à legislação ambiental, as quais vêm sendo objeto de atuação das instituições competentes", diz trecho do comunicado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Privatização da Eletrobras terá novo projeto de lei

Após reunião de Maíá com ministros da Economia e de Minas e Energia, governo decide enviar ao Congresso outra proposta para a venda da estatal, que só deve ocorrerem 2020. Analistas veem redução nos riscos para investidores

O governo decidiu encaminhar ao Congresso nos próximos dias um novo projeto de lei para privatizar a Eletrobras. A decisão foi tomada ontem em reunião entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os ministros da Economia, Paulo Guedes, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**. A privatização da maior empresa de geração e transmissão de energia elétrica do país já havia sido encaminhada ao Legislativo pelo ex-presidente Michel Temer no início de 2018. O texto, porém, não avançou, em meio a fortes resistências políticas.

A estatal foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND), e agora o governo precisa buscar novamente o aval de deputados e senadores para que ela volte ao programa. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a venda de controle de estatais deve ser submetida ao Legislativo.

O governo pretende concluir o processo só no ano que vem, quando o dinheiro da venda da empresa entrará na conta do Tesouro. A equipe econômica ainda não tem uma estimativa de quanto deverá ser arrecadado com a privatização, que o governo cogita fazer de forma semelhante à recente venda do controle da BR Distribuidora pela Petrobras, por meio de oferta de ações na Bolsa.

MODELO DA GESTÃO TEMER

O projeto de lei de privatização da Eletrobras do governo Jair Bolsonaro deverá ser muito semelhante ao apresentado no governo Temer. O modelo prevê a emissão de novas ações da Eletrobras a serem vendidas no mercado. Nessa capitalização, a União abriria mão do controle da empresa, reduzindo sua participação de pouco mais de 60% para algo inferior a 50%.

A proposta prevê ainda a opção de se repassar o controle das subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul para a Eletropar, outra empresa do grupo Eletrobras, para facilitar operacionalmente a capitalização. Nos dois casos, a intenção é que a empresa se torne uma corporação privada, sem controle definido, ainda que o governo mantenha participação relevante.

O projeto também prevê que a Eletrobras assine novos contratos para hidrelétricas que hoje operam sob remuneração pré-fixada. Essas usinas passarão a receber valores a preço de mercado. A empresa pagará uma outorga à União pela mudança. É dessa forma que será gerada arrecadação para o Tesouro com a privatização.

O governo avalia que está conseguindo limpar importantes entraves para atrair investidores interessados na privatização. Depois vender as seis distribuidoras deficitárias do Norte e Nordeste, a estatal reduz as incertezas com decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Integrantes da equipe econômica e investidores interessados no processo de desestatização avaliam que a conclusão do julgamento de ações que se arrastavam há anos definem um passivo que envolve bilhões de reais.

MENOS INCERTEZA

O STJ finalizou, por exemplo, um caso que durou dez anos e deixava dúvidas sobre o pagamento pela Eletrobras de juros sobre empréstimos compulsórios. Foi definido que a estatal terá que pagar 6% ao ano.

— Por mais que alguns casos possam ser desfavoráveis para a empresa, pelo menos o investidor fica sabendo o tamanho do passivo — avalia José Thompson, da consultoria Duff & Phelps no Brasil.

Nos últimos dois anos, a Eletrobras saiu de uma sequência de prejuízos bilionários para um lucro líquido de R\$ 5,56 bilhões no segundo trimestre, um salto de 305% em relação ao resultado do mesmo trimestre do ano passado. O resultado foi impulsionado pela venda das distribuidoras deficitárias, particularmente a Amazonas Energia. A venda selou a saída da estatal do ramo de distribuição. Considerando apenas as operações continuadas, o lucro líquido foi de R\$ 301 milhões.

— São movimentos positivos para permitir uma melhor valoração da empresa na ocorrência da privatização, sobretudo se o modelo a ser seguido for o da capitalização — disse Luiz Augusto Barroso, consultor da PSR, um dos formuladores do modelo de privatização da estatal na gestão Temer.

Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, a privatização da Eletrobras é urgente e fará a empresa voltar a investir:

— A Eletrobras, forte como é, vai ficar mais forte ainda para investir no setor.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/08/2019

Seção: Economia

Autor: Gabriel Pinheiro/Rafaela Gonçalves

Título: Combustíveis: tributos em debate

Grande parte do valor dos combustíveis é composta por tributos, sendo eles os responsáveis pela maior arrecadação de impostos do país, com um acúmulo R\$ 7,2 bilhões em passivo tributário. Apenas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, são 27 regras diferentes, e o custo final dos produtos acaba não sendo competitivo no cenário internacional. A complexidade do sistema de tributação é considerada um dos fatores que leva à sonegação, à inadimplência e à concorrência desleal no setor.

O advogado tributarista sócio do Leite, Tosto e Barros Advogados, Carlos Henrique Crosara, considera que a prática de sonegar impostos vem justamente do excesso de tributos. “Uma maneira de combater a sonegação e reduzir o problema da guerra fiscal seria a unificação de alíquotas, pois em um mercado monopolistas, essa conta acaba sendo paga pelo consumidor”, afirmou.

Logo após a aprovação da PEC da Previdência na Câmara, a próxima pauta a avançar no Congresso deve ser da reforma tributária, e para debater a questão relacionada ao setor de combustíveis, o Correio realizará, amanhã, o Correio Debate — Ética concorrencial e simplificação tributária. O evento reunirá especialistas e autoridades, no auditório do jornal, com objetivo de discutir o tema e apresentar sugestões para minimizar o problema.

O deputado federal Alexis Fontayne, que fará parte do painel Simplificação tributária: um caminho para reduzir a sonegação, acredita que um imposto que incida uma única vez seria a melhor alternativa para enfrentar as distorções. “No setor de combustíveis, é importante ter um imposto monofásico na fonte, na origem, pois na distribuição você tem fraudes e pessoas que vão comprando e partilham produtos sem declarar os impostos e que a receita não percebe.”, diz.

Prevenção

Fontayne acredita que esse modelo de tributação, já usado em outros produtos, é uma maneira de prevenir as falsificações causadas pela produção pulverizada e com alta carga tributária. “Se fizesse uma tributação na fonte, na refinaria e na usina, seria melhor, pois não teria mais nenhuma tributação e preveniria

fraudes. Essa medida nasceu na distribuição de cerveja, a ideia funciona bem se você tem uma produção centralizada e concentrada, com poucos fabricantes e altos investimentos, é produto de consumo e tem distribuição muito alta, uma produção pulverizada com carga tributária muito alta estimula a fraude”, avalia.

Apesar de considerar essencial a implementação, o deputado teme que o modelo pode causar problemas no sistema tributário em geral. “Com as discussões da reforma tributária, eu não vejo nenhuma ação sendo feita por agora. O setor pede para que seja um tributo monofásico, mas isso pode gerar problema, pois você não gera crédito nas outras fases”, afirma.

Além de parlamentares, também já estão confirmados para o debate o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio Noronha; César Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia; os secretários da Fazenda André Clemente, do Distrito Federal, e Cristiane Alkmin, de Goiás e o advogado-geral da União André Luiz Mendonça. *(veja quadro abaixo)*

*** Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Programação**

Seminário sobre simplificação tributária em 21 de agosto no auditório do Correio

9h — Credenciamento e welcome coffee

9h30 — Abertura

» João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

10h — Painel 1: PLS 284: O devedor contumaz e os impactos da sonegação de impostos

- » Cristiane Alkmin, secretária de Estado da Fazenda de Goiás
- » Rodrigo Pacheco, senador
- » César Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia
- » Hugo Funaro, advogado tributarista

11h — Coffee break

11h30 — Painel 2: Simplificação Tributária: um caminho para reduzir a sonegação

- » Alexis Fonteyne, deputado federal
- » André Clemente, secretário da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF
- » Edson Vismona, presidente do ETCO

12h30 — Encerramento

- » André Luiz Mendonça, advogado-geral da União (AGU)

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo site <https://www.correiobraziliense.com.br/correiodebate/etica>

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/08/2019

Seção: Negócios

Autor: Nelson Cilo

Título: Presidente do Instituto Aço Brasil

São Paulo – Considerado um dos maiores especialistas do setor siderúrgico brasileiro, o executivo Marco Polo de Mello, presidente do Instituto Aço Brasil, atravessa um dos mais desafiadores momentos de sua trajetória, especialmente pelas dificuldades impostas ao setor com a desaceleração global. Para ele, o grande problema está no excesso de capacidade instalada em um mercado que está abaixo dos patamares de 2007. Mas há, em sua avaliação, um horizonte positivo no Brasil, com um novo governo, com a aprovação da reforma da Previdência e com o avanço das negociações em torno da reforma tributária. Acompanhe a entrevista completa a seguir.

Qual é o impacto da desaceleração da economia global no setor do aço?

A desaceleração complica um pouco no mercado internacional. Nosso setor tem excesso de capacidade de 395 milhões de toneladas de material. Para a atividade siderúrgica, isso tem preocupado muito. O mundo hoje vive uma nociva escalada protecionista, e uma recessão global mundial só prejudica ainda mais.

A guerra comercial entre China e Estados Unidos é o que mais preocupa hoje em dia?

Estamos falando aí das duas grandes economias do mundo. Evidentemente, o ponto de partida dessa grande guerra, dessa escalada, é o excesso de capacidade, fundamentalmente da China. Num segundo movimento, Trump, com a taxa de 25% para todas as importações que são feitas para o Brasil, Coreia do Sul e Argentina. O terceiro passo, a União Europeia, que reage a Trump e coloca uma salvaguarda. Então, sobre a ótica siderúrgica, o mundo já

está convulsionado.

Dá para assimilar isso no caso do Brasil?

Para resolver, precisamos definir planos de redução da capacidade instalada. Mas isso significa demissão de pessoal e fechamento de plantas. Outra alternativa para reduzir o excesso de capacidade é se as principais economias do mundo tivessem crescimentos fortes, sustentados, com consumo aumentando.

O baixo ritmo da atividade industrial brasileira está afetando o setor de que forma?

Com baixa utilização da capacidade. Nossos mercados estão deprimidos, e a perspectiva é de que a retomada passe a ocorrer de forma mais vigorosa a partir de 2020. Então, nossa saída, teoricamente, seria exportação. Mas a exportação é comprometida pelo ambiente desfavorável e pelo famoso custo Brasil, com assimetrias competitivas. Há um trabalho recente da World Steel Association que mostra que nenhum país desenvolvido conseguiu retornar ao nível de consumo de 2007. Ou seja, Estados Unidos, Japão e Europa estão consumindo menos aço do que em 2007.

Ou seja, a última crise global ainda não foi superada...

Exato. Pior ainda no Brasil. Isso porque estamos em um processo de queda, em um processo recessivo que já dura mais de quatro anos. A retomada que estávamos imaginando para o primeiro semestre não ocorreu.

Existem alternativas para o setor, caso a recessão ou estagnação da economia brasileira dure muito tempo?

O que a gente tem que fazer, e estamos trabalhando para isso junto com demais setores que compõem a coalizão industrial, é colocar a roda da economia para rodar. Para voltar a crescer, o Brasil deve priorizar exportações, infraestrutura e construção civil.

De todos os setores industriais brasileiros, quais são os com melhores e piores perspectivas?

Qualquer representante da indústria de transformação sabe que a salvação da indústria está na retomada do crescimento econômico. Só que, para se ter a retomada do crescimento econômico, é preciso arrumar a cozinha e fazer a lição de casa na questão fiscal. E sabemos que a retomada é pela reforma da Previdência e reforma tributária. Ambas as reformas são as bases para que se tenha a volta do crescimento. Fora das reformas, o governo precisa olhar para a questão da competitividade. Hoje, o ambiente de negócios está em condição muito ruim, em meio a um manicômio tributário. Então, temos que limpar essas assimetrias competitivas para poder dar condições ao parque siderúrgico de ter competitividade na exportação.

Existe alguma negociação do setor do aço em andamento com o governo federal no que diz respeito à tributação?

Temos conversado com o governo, porque existe um mecanismo que se chama Reintegra, que ressarcie as empresas dos tributos cumulativos que foram cobrados indevidamente. Esse mecanismo, que às vezes o governo costuma chamar de subsídio, não é subsídio, é apenas um mecanismo de ressarcimento, que já foi aprovado lá atrás. Havia um limite de 5%, e o governo Temer, por causa da greve dos caminhoneiros, resolveu utilizar recursos do Reintegra para fazer frente a outras despesas. O que a gente tem defendido com o governo federal é que a indústria de transformação, que opera com um grau elevado de ociosidade, precisa ter competitividade e ter a correção dos chamados desvios tributários.

Quais são as suas expectativas para a economia brasileira e mundial neste ano e para 2020?

Em nível nacional, somos otimistas. Acredito que o governo Bolsonaro tem trabalhado de forma objetiva em questões que são cruciais. O governo divulga muito mal aquilo que vem fazendo de bom. Quem olha para o todo enxerga aí uma reforma previdenciária aprovada e uma tributária encaminhada. Além disso, foi aprovado o novo mercado de gás, que vai permitir que haja uma redução efetiva no preço da energia, e isso é muito importante. O governo tem também um programa ambicioso de privatizações, que atinge quase R\$ 1 trilhão, além de PPIs, os Programas de Parcerias de Investimentos, que estão extremamente avançados. Diria que os pilares da retomada do crescimento econômico de forma sustentada estão lançados.

O acordo do Mercosul com a União Europeia anima?

Sobre o acordo, todo mundo saiu soltando foguete, mas saímos na contramão, dizendo que para o setor não era bom. Olhando para o Brasil, é evidente que a gente entende que foi um grande avanço. Mas se você olhar para a indústria siderúrgica, não teremos absolutamente nenhum ganho. As alíquotas de exportação para a União Europeia estão zeradas desde 2006. Ou seja, estou entrando num acordo no qual não vou ganhar nada. Ninguém vai reduzir nada para mim. O segundo ponto é que deixo de ter, gradativamente, a minha proteção. A minha preocupação é que a redução do nosso imposto de importação ocorra concomitantemente à correção das assimetrias competitivas. Não posso correr o risco de reduzir meus impostos de importação sem antes corrigir as minhas mazelas.

Como a volatilidade do dólar está afetando o setor? Dólar acima de R\$ 4 é bom?

Em uma das reuniões com o governo, quando a gente estava discutindo a questão da competitividade, um dos secretários, quase de nível de ministro,

disse: “Mas e o dólar, não ajuda?”. Ele teve aí uma apreciação de 19%. Digo que, primeiro ponto, o dólar no passado sempre mascarou a falta de competitividade, ou as chamadas assimetrias competitivas. Só que o dólar não é para mascarar nada. A política cambial não serve para ganhar competitividade. Ganha-se competitividade quando se corrige as assimetrias. O dólar apreciou 19% no Brasil num determinado período, mas isso ocorreu com outras moedas no mundo. Na Turquia, a apreciação do dólar foi de 50,6%, mesma faixa de Ucrânia e Rússia.

O que será debatido no Congresso Aço Brasil, que será realizado entre hoje e amanhã, em Brasília?

O Congresso ocorre em um momento extremamente oportuno, depois de sete meses de governo novo. Diferentemente dos governos passados, esse governo está reformulando todas essas estruturas. Teremos a presença do presidente da República, do ministro-chefe da Casa Civil, do **ministro das Minas e Energia**, além de palestrantes internacionais. O congresso vai ser um divisor de águas e uma grande oportunidade de fazer um balanço do que ocorreu nesse primeiro momento de governo e de olhar para frente.

MME / ASCOM .